

O ESTADO NOVO NO CONTROLE DA INFORMAÇÃO COTIDIANA: O CASO DA CIDADE DE NATAL (1941-1943) A PARTIR DO JORNAL “A REPÚBLICA

THE NEW STATE IN THE CONTROL
OF DAILY INFORMATION: THE
CASE OF THE NATAL CITY (1941-
1943) FROM THE “A REPÚBLICA”
NEWSPAPER

Fernanda Carla da Silva Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8332-2977>
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de
Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
costacs.fernanda@gmail.com

Maria Cleide Rodrigues Bernardino

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3812-3167>
Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de
Brasília (UnB)
Professora do Curso de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Cariri (UFCA)
cleide.rodrigues@ufca.edu.br

RESUMO: Apresenta resultados da pesquisa de mestrado em que se buscou uma compreensão do Estado brasileiro na década de 1940, diante dos momentos de controle, repressão e silenciamento da informação cotidiana, colocando a cidade de Natal em maior evidência frente aos conflitos da Segunda Guerra Mundial. A pesquisa teve como problemática, a partir dos indícios memorialísticos no jornal A República, analisar como eram produzidas e disseminadas as informações cotidianas na Cidade de Natal entre 1941 e 1943?. Teve como objetivo geral analisar os tipos de informações cotidianas que circulavam na cidade a partir do jornal, levando em consideração os aparatos de controle do Estado Novo. Como objetivos específicos, buscou: especificar como se davam os processos de informação cotidiana dos anos de 1937 a 1943, na estrutura do Estado Novo; identificar, categorizar e mapear, a partir do jornal A República, quais conteúdos informacionais circulavam em Natal (1941-1943); verificar, nos conteúdos informacionais, a presença de sentidos e intencionalidades, relacionando-as a seus produtores. Possui fundamentação teórica em cotidiano, informação cotidiana e memória. Metodologicamente, é uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, de análise hermenêutica-dialética de diversas fontes documentais, com recorte de corpus para os jornais com Semana Artificial, e análise de conteúdo a partir da técnica de categorização. Nesse sentido, a pesquisa procurou contribuir nos estudos sobre o controle da informação no Estado Novo em Natal na década de 1940, com seu envolvimento na Segunda Guerra Mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Informação cotidiana. Memória. Natal - Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT: It presents results of the masters research which seeks an understanding of the Brazilian New State in the 1940s, in the face of moments of control, repression and silencing of daily information, placing the city of Natal in greater evidence against the conflicts of World War Two. It considers how daily information was produced and disseminated in the city of Natal from 1941 to 1943 based on the memorial evidence presented in the Brazilian newspaper A República. The research aims to analyze the types of daily information circulated in the newspaper considering the control apparatus of the New State. Specifically, it aims to characterize the process of daily information through the years of 1937 to 1943 under the structure of the State; identify and categorize informational contents that circulated from 1941 to 1943 in the newspaper; verify the presence of meanings and intentionalities in the types of informational contents, relating them to their producers. The theoretical foundation was based on quotidian, daily information and memory. Methodologically, it is a descriptive research with a qualitative approach and hermeneutic-dialectical analysis considering the variety of information fonts and corpus delimitation according to the Artificial Week, content analysis and categorization technique. The research aims to contribute to studies regarding Natal's involvement and information control during the New State in the decade of 1940.

KEYWORDS: Daily information. Memory. Natal – Rio Grande do Norte. World War Two.

1 Introdução

Apresenta-se neste artigo os resultados provenientes da pesquisa de dissertação sobre o controle da informação cotidiana no contexto do Estado Novo, regime ditatorial/autoritário que se instaurou em 1937 a partir de uma série de acontecimentos, como a Revolução de 1930, o governo provisório e a intentona comunista de 1935. Por meio desta, o pensamento conservador brasileiro, inspirado no pensamento autoritário europeu, ganha nuances particulares através da tentativa de emergência de novos grupos sociais e forças políticas, devido à necessidade de um Estado forte que tutelasse a sociedade, os grupos sociais e o sistema econômico (BARBOSA, 2006).

Ao pensar na informação cotidiana nesse contexto, entende-se que ela se configura como uma nova temática na Ciência da Informação (CI). Pouco foi explorado ao seu respeito, mesmo na área da Comunicação Social, onde nasce e tem uma considerável discussão em seu entorno, pois em muito se confunde com os princípios básicos da comunicação social, sem que deem ênfase para as especificidades da informação cotidiana.

O lugar de operacionalização da informação cotidiana no estadonovista era a imprensa e os novos meios de comunicação – como rádio e cinema –, com mensagens simples, imagéticas e agressivas, que visavam provocar paixões para atingir diretamente as massas. Tal fato tornava a legislação especial de censura, de caráter público, o veículo oficial da ideologia, eliminando vozes discordantes e de penetração ideológica também discordantes (CAPELATO, 2009).

Nesse contexto, o Estado Novo tem sua atuação presente e muito preponderante, pois o poder delegado ao Departamento de Imprensa (DIP) faz com que o processo de comunicação tenha seus meios oficiosos ligados ao governo e passe por todo o controle e silenciamento (FERREIRA, 2017). Isso torna o estudo da informação cotidiana, por meio de jornal, passível de caracterizar o pensamento coletivo ao engrenar com os meios de comunicação nesse resgate do passado.

Quando falamos mais especificamente do percurso da cultura informacional na cidade de Natal, buscamos explorar os anos de 1941 a 1943, que marcam, para a cidade, os meandros entre o período de neutralidade, a chegada e a convivência com o primeiro ano em estado de guerra.

Em meio a essas perspectivas, coloca-se o questionamento principal deste estudo: a partir dos indícios memorialísticos no jornal *A República*, como eram produzidas e disseminadas as informações cotidianas na cidade de Natal de 1941 a 1943?

Como objetivo geral, buscou-se analisar, nessas informações cotidianas, os tipos de conteúdo informacional que circulavam em Natal por meio do jornal *A República*, sendo esta a fonte de maior circulação com subsídio pelo Estado.

Os objetivos específicos buscaram: especificar como se davam os processos de informação cotidiana dos anos de 1937 a 1943, na estrutura do Estado Novo; identificar, categorizar e mapear, a partir do jornal *A República*, quais conteúdos informacionais circulavam em Natal (1941-1943); verificar, nos conteúdos informacionais, a presença de sentidos e intencionalidades, relacionando-as a seus produtores.

Deixamos evidente que há uma lógica cronológica e temática ao delimitarmos que, de 1937 a 1943, exploraremos as estruturas do Estado Novo nas questões de controle da informação do cotidiano, além de fazer uma análise abordando a especificidade desse controle por meio do jornal e da cidade citados anteriormente.

Os conceitos de ancoragem que permeiam toda a pesquisa passam por Memória (LE GOFF, 1990), seja ela vista do coletivo (HALBWACHS, 1990; DODEBEI; FARIAS; GONDAR, 2016), seja por meio cultural (ASSMAN, 2011) ou indenitário (POLLAK, 1989). Já as reflexões acerca do Cotidiano (MARTINS, 2014; PAIS, 2007; HELLER, 2009; LEFEBVRE, 1991) direcionam para o necessário diálogo com o Infocomunicacional (MARTELETO, 1995) e a Informação Cotidiana (XIFRA-HERAS, 1974; GONÇALVES; FREIRE, 2005).

A pesquisa teve objetivo descritivo (SAMPIERI, 2006), abordagem qualitativa

(MINAYO, 1996) e método de análise hermenêutico-dialético, que pode ser interpretado no processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem), vindo de múltiplas determinações, mas com significado específico (MINAYO, 1996).

Ademais, como uma pesquisa histórica, tem nesse campo a reflexão dos fenômenos, com os domínios acerca de conceitos e hipóteses, a partir de uma compreensão histórica do tempo e espaço em uma visão crítica e problematizadora do objeto (BARROS, 2005). Faz uso de documentos diversos, compreendidos como suportes informacionais (ASMANN, 2011), que são importantes registros do conhecimento humano, possibilitando as fronteiras de análise com a memória.

O período pesquisado trata de um extenso corpus documental do jornal A República, atribuído como fonte da pesquisa. Assim, a técnica de semana artificial¹ foi utilizada com a concepção de fragmentar o corpus e as publicações, criando a “semana artificial” configurada nesta pesquisa. Trata-se de mostrar como foi feita a análise, usando o último domingo de cada mês, perfazendo, por ano, o total de 12 jornais e, ao fim dos três anos pesquisados, um total de 36 jornais.

1

A escolha da técnica de Semana Artificial por Bauer (2002) se deu diante da grande quantidade de documentos do corpus, dado o uso de um jornal de publicação semanal.

Para avaliação do corpus documental, utilizou-se a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2009), que, como uma técnica de investigação, entende de forma sistemática o conteúdo e a condição de produção.

2 Ângulos da memória e informação no cotidiano

A necessidade de entendimento sobre os usos da informação, a respeito dos processos precedentes, surge em um momento histórico marcante, o pós-Segunda Guerra Mundial, tempo de muitos conflitos ideológicos, sociais e econômicos (ARAÚJO, 2018). Com efeito dessas circunstâncias, os estudos de memória e informação tornaram-se necessários para uma ancoragem social possível de perceber,

no cotidiano, os múltiplos processos de informação.

Em nossa sociedade, a maior parte do que se torna visível aos nossos olhos – as pesquisas e as vivências cotidianas – são parte de um montante de informações que nunca chegaremos a nos dar conta por completo. O Cotidiano é múltiplo, podendo ser visto a partir de várias instâncias e adquirindo, na temporalidade moderna, nuances quase sempre vistas a partir de instituições e de suas estruturas, onde ambos – cotidiano e informação – têm ritmos e descompassos alimentados pela memória, como algo que hora está em retraimento, ora em transbordamento (LE GOFF, 1990).

Ao tratar do cotidiano, sua essência e sua substância social, integra-se aos processos, dos micros aos macros, que são capazes de representar estruturas sociais profundas e densas. É dentro desses aspectos que se subsidia a informação cotidiana, múltipla, em uma ordenação de análise que pode variar de acordo com o caminho de pesquisa escolhido, dotada de significados, em que se pode dizer até mesmo, de uma poética, já que se encontra com o essencial das vivências humanas: o cotidiano, construído em grande parte pela memória social, que se afirma inserida em contextos de relações de poder, no meio do que se processa entre a lembrança e o esquecimento, na contingência.

Isso porque “A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado” (ROUSSO, 2006, p. 94). Passado esse que pode ser percebido com várias nuances, com uma reconstrução psíquica e intelectual que se processa dentro do contexto social. Seu atributo base é a continuidade do tempo. Como ainda colocado por Rouso (2006), esta constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Dentro das realidades sócio-históricas, consideramos práticas e representações dos sujeitos, estruturas e situações que remontam a informação como um artefato cultural, “Construção da ideia de informação como artefato cultural, como forma de criação e instituição dos significados ou ainda como modo de produção, controle e distribuição social dos bens simbólicos” (MARTELETO, 1995, p. 1).

Na visão de Heller (2009) e Martins (2014), a vida cotidiana acontece desde os primórdios da humanidade a partir de todas as vivências diárias, pois acontecem para além de estruturas modernas, estando na heterogeneidade, conteúdos e significações.

Já Lefebvre (1991) entende o cotidiano a partir do marco histórico da modernidade, vivido em ciclos, com recomeços e renascimentos, mesmo que dentro de estruturas normalizadoras para os acontecimentos. Pais (2007) também entende que, a partir dos dilemas cotidianos, do seu grau de experimentação e execução, geram a incognoscibilidade, além de uma dúvida metódica através da reflexividade da modernidade.

Por outro lado, a coletividade pode ser pensada dentro do cotidiano e da memória, tendo como forma uma lembrança, um esquecimento e identidades, comuns e incomuns, que geram forças à determinadas lutas sociais de modo que “[...] só possa falar da memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos ainda, no momento em que nos lembramos, do povo de vista desse grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 24).

Por criar-se no campo da complexidade, por não ser esse seu ninho ou por não ter seu próprio ninho definido, é que Certeau (2013) percebe, na memória, esse parecer de mobilização indissociável de alteração, pois, dentro dos campos de poder, sua grande possibilidade é que se adeque ao que melhor pode convir seu uso, já que, dentro da cotidianidade, o que mais vale está dentro das possibilidades de adaptação ao meio social.

Dessa forma, o cotidiano constitui-se em várias camadas sociais dentro da hierarquia, do pensamento da cotidianidade e da sua forma de representação e disseminação, que encontra sua comunicação no social, com a informação cotidiana como meio para isso. É gerado em um espaço de reflexividades entre os fluxos de informação considerados inerentes ao público e privado, pois mesmo o que há de mais íntimo é filtrado por padrões sociais que dissociam e associam à medida que a tradição ganha diversidade a partir dos dilemas cotidianos.

Entendendo, a partir de uma base infocomunicacional, as relações entre os sujeitos sociais e as informações circulantes entre eles, temos o cotidiano como o lugar comum da cultura. Há ainda os processos de auto-organização da memória necessários a esse entendimento; “[...] no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento, já que não há auto-organização da memória cultural depende de mídias e políticas [...]” (ASSMANN, 2011, p. 19), o que liga essa coletividade aos meios de comunicação responsáveis e aos produtores de documentos que são importantes aparatos memorialísticos.

Entende-se a informação cotidiana no sentido de representação de uma realidade social, integrada às questões memorialísticas e históricas, passando pela questão econômica e se estendendo ao psicológico, pois o fenômeno infocomunicacional não se reduz à transmissão, mas a todo o processo em várias instâncias: “A informação que satisfaz a necessidade de manter contato com o mundo que nos rodeia e de sentir o pulso da sociedade onde vivemos” (XIFRA-HERAS, 1974, p. 32).

Isoladamente, podemos perceber esses três espaços da informação cotidiana: o meio de acontecimentos dos fatos, o fazer que noticia e a disseminação. Assim como dito por Marteleto (1995), para a C.I, a informação se trata de um recurso para redução de incertezas. Podemos dizer que, no contexto infocomunicacional, se direciona também para os fluxos, os sistemas e os processos de transferência das informações entre estruturas (sociais, linguísticas, técnicas, cognitivas), que dizem como as informações são reunidas e depois destruídas funcionalmente, encontrando receptores (ou “usuários”) com questões e posições já delimitadas.

Considerando a informação cotidiana a partir dos aspectos da comunicação social e dos meios de comunicação, refletimos que o silenciamento atinge a mesma no primeiro momento de captação do acontecimento. Nesse sentido, o controle de informação é visto como uma prática comum nos mais variados tipos de sociedade, pois cabe pensar que nem tudo pode ser acessado por todos. Mesmo nas democracias, o Estado necessita da segurança da informação, já que o potencial

que as informações carregam pode levar a perigos de exposição e deslegitimação.

Dentro disso, temos a produção e a disseminação da informação através do Estado, que implica perceber um Estado informacional (BRAMAN, 2011) que passa pela criação e o controle do consumo da informação, centrado em um poder nacionalista, opressor e altamente ligado a uma matriz de gênero heterossexual masculinista (BUTLER, 2003). Toda a produção de informação desse Estado acaba ocorrendo no decorrer do campo estatal (BOURDIEU, 1996), em que o poder estrutural altera o comportamento humano pela manipulação do mundo social, com regras e instituições.

O Regime de Informação funciona como o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e autoridades informacionais e quais os meios e recursos preferenciais de informação padrão, tendo excelência em modelos de organização, interação e distribuição enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

Assim, a dimensão política, dentro da informação cotidiana, encontra-se em meio ao ato de comunicar, dentro dos processos já passados para chegar à difusão dos meios. Nessas questões, a formulação necessária para entender o silenciamento dentro da informação cotidiana, ou poder visualizá-lo, encontra-se no processo de desnaturalização do que é posto, já que “todo esse processo de produção e leitura de notícias não é gestado como algo fora da realidade das contradições sociais, mas engrenado justamente nele e porque elas existem” (ROMÃO, 2005, p. 239).

3 O Estado Brasileiro entre 1937 e 1943: condições históricas de produção e disseminação da informação cotidiana

O cenário brasileiro durante o período de 1937 a 1943 é considerado como a temporada que dá origem ao Estado Novo e suas consequências de governar sob um prisma que buscava a ruptura com a antiga tradição de oligarquias rurais, as

quais dominavam a política e mantinham sua centralização no eixo sudeste/sul.

A República, dentre seus momentos históricos, é marcada pelo Estado Novo, período instaurado por um golpe civil-militar que, segundo Gomes (2017), derruba uma República que estava sendo conformada desde 1934. O Executivo Federal, ao longo de 1935 a 1937, vinha derrotando as resistências dos seus adversários: a ampla categoria de comunistas que eram ameaças da Revolução de 1930, além de setores oligárquicos que defendiam a autonomia dos estados – os liberais.

O período instaurado entre 1930 e 1937 é caracterizado como o momento fundamental para a consolidação do Estado autoritário, com sua máquina centralizadora dominando todos os setores (BARBOSA, 2006). A própria constituição de 1937 deixa evidente os fatores “básicos” que buscaram dar uma nova ordem para o Brasil, para atender a uma paz política e social que estava sendo profundamente perturbada pela desordem resultante da agravação dos dissídios partidários, colocando a nação sob iminente guerra civil (BRASIL, 1937).

Torna-se notório o Brasil enquanto Estado-Nação, inspirado em países totalitários da Europa desse período, concebendo-se um país como nação dentro de um projeto político destinado ao Estado, ao qual caberia, por múltiplos aparelhos burocráticos criados no período e com os intelectuais dos grupos dirigentes, desempenhar funções cada vez mais complexas, inclusive de dar orientação ao povo, difundindo conhecimentos e noções elementares (BARBOSA, 2006).

Essas situações de formação e concentração nacional guardam, do momento, os cuidados de consolidação internos e externos à capacidade política de manter o governo sobre as orientações que iam sendo negociadas entre elite, militares e algumas pretensões das camadas populares. Nesse cenário, o Brasil ainda era um país neutro na guerra e fazia o necessário para manter seu rendimento econômico, pensando sempre na defesa local.

O argumento de defesa da terra já era forte no começo dos anos de 1940. Os Estados Unidos faziam planos de ocupação da Guiana Holandesa, dos arquipélagos lusitanos do Atlântico, dentre outros espaços, e contavam com o apoio do

Brasil, aliado considerado forte nas Américas. Isso diz respeito também às escolhas e preferências tidas dentro dos grupos governamentais e militares. Alguns lados assumiam a preferência pelo Eixo, mesmo sabendo que o Brasil não poderia travar uma Guerra contra os Aliados, pois não contava com capacidade bélica para isso.

A organização militar, entretanto, começava a ser efetiva em 1941 (documento do Ministério de Guerra) e já pensava no impacto de chamar os reservistas, mas o que parecia uma solução simples tinha suas dificuldades. Essa enorme massa de homens que teriam que ser recrutados para a guerra ocupavam postos na vida nacional cotidiana.

As bases norte-americana e brasileira começam a serem construídas em meados de 1941, havia uma eminente necessidade de proteção de Natal como localidade mais próxima a Dakar (África), ponto que tornava o Brasil mais próxima de uma ofensiva do Eixo. Sabemos a desses dados históricos, que o local já era estudada em documentos ministeriais, que trazem confirmações da escolha do terreno e o começo do seu preparo “[...] base na região de Natal, terra nossa, que devemos, queremos e por qualquer modo nos obrigamos a defender, no interesse do Brasil e no interesse mais amplo dos compromissos continentais”².

2

Cf. CPDOC - Arquivo Eurico Dutra - Ed vp 1940.11.01 - p. 1.

Ferraz (2005) diz que o envolvimento do Estado Novo na guerra poderia produzir repercussões perigosas para a sobrevivência do regime. Sua situação era anômala a partir dos princípios e práticas que se assemelhavam ao fascismo, porém, na guerra, via-se o alienar das democracias liberais. Contudo, ao declarar guerra ao Eixo em 1942, Vargas evidenciou as ambiguidades e contradições do Estado Novo.

Assim, segue-se a organização para a “guerra de defensiva”, com estruturação dos exercícios de Blecaute, feitos principalmente em cidades da costa brasileira, como o Rio de Janeiro e Natal (FERREIRA, 2017). A conferência, acontecida em 1943, destaca-se como um dos marcos da aliança feita entre o Brasil e os Estados Unidos. As narrativas construídas pelos periódicos da época são de uma agenda

política simples, de uma visita amigável e com pretensões de perceber o desenvolvimento que tomava o investimento nas bases do nordeste quando acontece a visita do presidente Roosevelt dos Estados Unidos ao Brasil e à cidade de Natal, marcando o momento como Conferência do Potengi.

Com essas ideias de construir uma unidade nacional, eliminar conflitos, mascarar divisões e diferenças, o Estado toma a força de controle dos meios de comunicação. Isso acontecia dentro e fora do país desde a Revolução de 1930, com a imprensa e a informação sendo direcionada na formação da opinião pública.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no final de 1939, desde sua idealização, buscou abarcar todos os interesses que já vinham sendo executados pelo Departamento de Propaganda (DOP), Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e Departamento Nacional de Propaganda (DNP).

A criação do DIP delimitava, na verdade, uma nova série de atividades que sacralizavam o regime, criando uma estrutura que pudesse atender ao máximo o que já havia sido estabelecido na constituição de 1937 quanto às liberdades individuais, principalmente no que diz respeito à imprensa (BRASIL, 1937). O departamento era diretamente subordinado ao presidente, sendo constituído por: Divisão de Divulgação; Divisão de Rádio-difusão; Divisão de Cinema e Teatro; Divisão de Turismo; Divisão de Imprensa e serviços auxiliares, que são de comunicações, contabilidade, tesouraria material, filmoteca, discoteca e biblioteca (BRASIL, 1939).

O Estado adquiria cada vez mais exclusividade de divulgação e ampliação de fala e o público era afastado dos periódicos com o silenciamento dos jornais, o qual se transforma em um aparelho vivaz, de grande alcance, dotado de forte poder de erradicação e infiltração. Mesmo que esse processo não tenha sido sem conflitos, houveram mais aproximações e acordos em relação conjunta entre os homens de imprensa do que divergências (BARBOSA, 2006), isso leva a um melhor interno das notícias vindas do exterior, principalmente das posições políticas no cenário mundial, mantendo a manutenção do controle das informações sobre o conflito, já que essas informações, podiam influenciar de forma direta o cotidiano das vi-

vências sociais.

4 Cotidianidade na cidade de Natal (1941-1943) e os trajetos informacionais memorialísticos

O caminho político construído entre as esferas de sociabilidade da Primeira e Segunda República na cidade e no estado cria ambientes propícios à criação de grupos sociais diversos. Assim, desmistificou-se o fato de a cidade ter entrado para o progresso e para o novo só a partir da convivência com os norte-americanos na década de 1940 (PEDREIRA, 2012). Este acaba por ser um contato que criou míticas vivências diferenciadas, como explicitado por Melo (2015), já que se aprofundou o contato com o *American Way of Life* – estilo de vida americano.

A coluna “Sociais” do jornal *A República*, com o título de “Quantos habitantes tem Natal?”, questionou o pós-recenseamento do Rio Grande do Norte em setembro de 1940, com então 54.000 habitantes, sendo o 17º menos populoso do Brasil.

Isso deixou evidente os problemas que Natal começou a sofrer, nesse período, com a expansão do seu território e o aumento populacional, que estavam acontecendo sem controle e sem organização, haja vista que o transporte público de outrora, os bondes, já não dava conta, principalmente em horários que o operário deixava suas tarefas e o fim do expediente em agências e repartições públicas. Tal fato refletia-se na vida cotidiana da população menos abastada, sobre quem tivemos menos acesso a informações históricas.

Sobre as questões econômicas, ainda em 1942, o estado mantinha-se pobre e com bases de subsistências pouco onerosas. O campo da agricultura ainda não mantinha atividades múltiplas e continuava preso à monocultura do algodão, que absorvia cerca de 70% do trabalho. Surgiu, assim, a necessidade de novas culturas agrícolas e de uma renovação comercial, onde o poder público precisava agir em co-
operação³.

³ Jornal *A República* – Matéria *A Cooperativa do Algodão*, 13 de maio de 1942.

Esses acontecimentos formaram o cotidiano do começo de 1940. “A convivência com os americanos e seu diferente modo de vida afetou o cotidiano de toda a população local [...] o que chama a atenção é a discrepância entre as múltiplas percepções sobre esse momento de intenso intercâmbio sociocultural [...]” (PEDREIRA, 2012, p. 114).

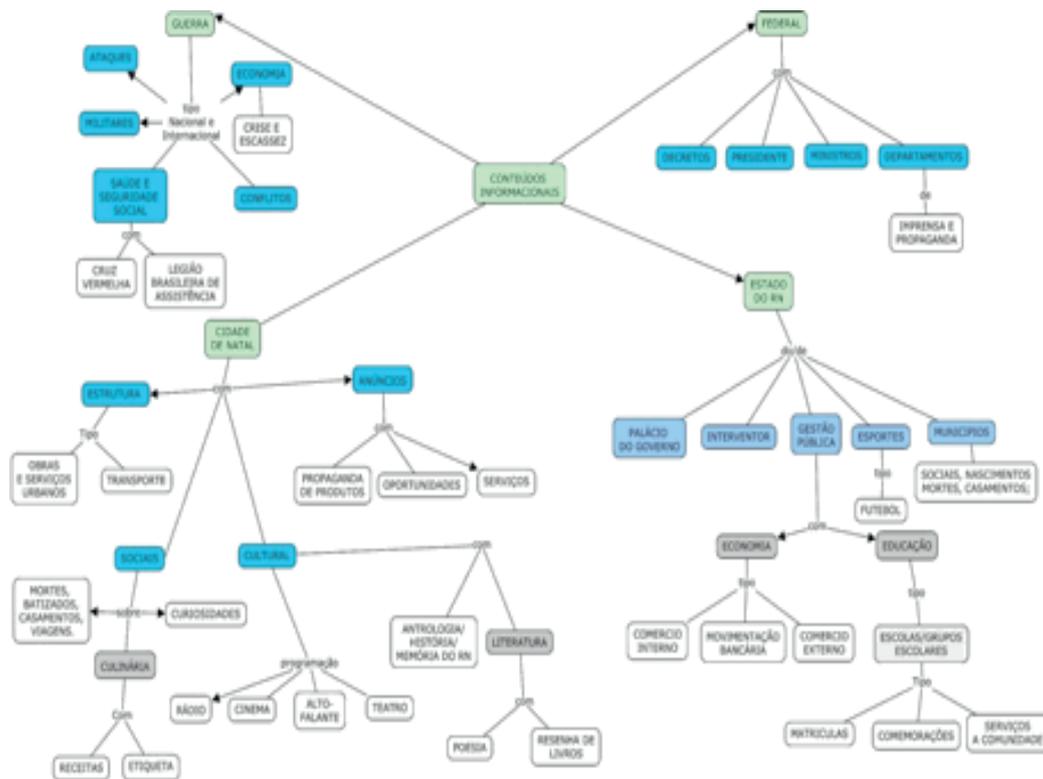
4.1 Categorias, sentidos e intencionalidades na informação cotidiana do jornal *A República*

Nesse contexto, o controle exercido pelo DIP a nível nacional era desenvolvido no Rio Grande do Norte pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), que antes era intitulado Imprensa Oficial. O DEIP foi criado no dia 28 de junho de 1941, sendo regulamentado em 23 de dezembro de 1942 e entrando em vigor em 1º de janeiro de 1943.

O jornal *A República* foi lançado em 1889 e em pouco tempo se tornou o órgão oficial do governo republicano, mesmo sendo parte, no início, do grupo partidário privado. Tal grupo aproveitou-se da circunstância de seu fundador e diretor – Pedro Velho Albuquerque Maranhão, primeiro governador do Rio Grande do Norte – estar no poder para negociar seu favorecimento, um jogo de interesse que incorporou o jornal ao patrimônio do Estado.

Após uma análise desses períodos de transições aqui estudados, foi possível perceber que os conteúdos informacionais oferecidos pelo jornal eram agendados, obviamente, em determinações de controle do governo. Dessa forma, os acontecimentos cotidianos que criam moldes diferentes para com as informações que eram produzidas e estruturadas dentro da lógica jornalística, como dito por Avelino (2006), parte dos enquadramentos de tempo, espaço e sujeitos.

Figura 1 - Estrutura Informacional do jornal A República (1941-1943)



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Ao longo desses três anos estudados, os conteúdos informacionais acabaram sendo, em grande medida, os mesmos. Porém, a intensidade, a veracidade e a forma em que eram colocados são variantes, o que faz com que as fontes de informação usadas para construir o que seria noticiado também mudem e ganhem, mais ou menos, espaço de acordo com os silenciamentos orquestrados, assim como especificado por Xifra-Heras (1974) quando diz que a informação cotidiana não se define por seus conteúdos em si, mas pelas características que examinamos em seus sentidos e intencionalidades.

Ganha-se, assim, uma maior riqueza informacional, mesmo que esta seja operada por meio do controle e com a limitação das escolhas dos órgãos de governo e dos sujeitos que fazem essa gestão.

O funcionamento do DEIP depois de sua criação passou claramente a refletir

na organização do periódico, a construção social da realidade é vista em diversas informações aqui analisadas, onde a monopolização da verdade pelo poder estatal assume o agendamento da informação cotidiana. Assim, reitera-se que, neste recorte temporal estudado, não se tratava de uma informação de interesse coletivo, que deveria ser disseminada, mas sim do Estado impondo o que desejava transmitir, opinar e esclarecer.

O enquadramento informacional construído a partir dos conteúdos informacionais é elemento para interpretação do discurso, formulado, por vez, pelos produtores da informação – aqui identificados como o próprio Estado e os indivíduos elementares à política e intelectualidade da cidade, que não necessariamente ocupavam cargos dentro das diligências oficiais do Estado.

Com uma das fontes de informações de maior circulação obedecendo ao silêncio mediante os acontecimentos da neutralidade e do eminente interesse das áreas da cidade, pode-se afirmar que o controle da informação pelo Estado Novo era tão essencial para sua sobrevivência como regime quanto contraditória a suas práticas de organização pública.

O mapa conceitual da Figura 1, produzido a lume da técnica de caracterização de Bardin (2009), representa a grande maioria das informações e como se estruturavam dentro da maneira de informar.

5 Considerações Finais

Percebe-se, portanto, que uma série de fatores marcaram a construção de uma realidade para a cidade de Natal. A forma de usar as palavras para uma ideologia, com as feitura da verdade (FOUCAULT, 1996) tornam os agendamentos sociais inerentes às escolhas das informações nos caminhos informacionais dentro do Departamento de Imprensa do Estado, em que as categorias elencadas no mapa conceitual mostram as estruturas informacionais que se ligam como forma de tratar temáticas mais abstratas dado os acontecimentos sociais do momento.

É possível supor, ainda, que o silenciamento sobre as informações dos acontecimentos da guerra tornou imperceptível como aquilo poderia afetar a vida cotidiana da cidade. Tal fato a manteve o mais longe possível desses conteúdos, possibilitando um maior controle social, um dos pontos mais almejados da nação que estava gradativamente buscando se formar pelo Estado Novo.

Através dos limites do enquadramento da memória (POLLAK, 1989), o uso documental do *corpus* do jornal *A República* tornou perceptível que as evidências memorialísticas informacionais são de produção do Estado Informacional (BRAMAN, 2006) e de grupos políticos e intelectuais. Assim, o que temos é uma iminente mudança da estrutura informacional, acontecendo do fim de 1941 e tomando continuidade em 1943, o que não fez com que se mudasse os conteúdos, mas sim, a partir das decisões das relações públicas e internacionais quanto a guerra, tornou-se permitido uma maior disseminação sobre determinados tipos de conteúdo que fossem além do funcionamento do estado quanto à implementação de sua gestão pública.

Dessa forma, os objetivos da pesquisa foram alcançados ao analisar como se deu o fenômeno da informação cotidiana na cidade estudada, trazendo ao mesmo tempo a estrutura maior a esses acontecidos pelo Estado Novo, e categorizando, encontrando sentidos e intencionalidades desses conteúdos informacionais memorialísticos, que foram capazes de indicar como se deu a cultura informacional a partir da identificação dos substratos de para quem e como era produzido na fonte de informação cotidiana.

Financiamento

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referências:

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ASSMANN, Aleida. Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP:

Editora Unicamp, 2011.

AVELINO, Carmem Daniella Spínola da Hora. O silenciamento no texto jornalístico e a construção social da realidade. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Linguística Aplicada, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/16141> Acesso em: 30 mar. 2020.

BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e Estado Novo: relações ambíguas e o público como massa. Congresso brasileiro de ciências da comunicação. Anais [...]. Brasília: 2006. Disponível: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1017-1.pdf> Acesso em: 30 mar. 2020.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAUER, Martin. Análise de Conteúdo Clássica: Uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Ed.). Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som, um manual prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. Cap. 8. p. 189-217.

BARROS, José d'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. Rio de Janeiro: ed. Vozes, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: Gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP; Papirus, 1996. p. 91-135.

BRAMAN, Sandra. Defining Information Policy. Journal of Information Policy, Press, v. 1, 2011, p. 1-5. Disponível em: http://people.tamu.edu/~braman/bramanpdfs/38_defininginfopolicy.pdf Acesso em: 30 mar. 2020.

BRAMAN, Sandra. Information policy and power in the information State. In: Chance Of State. Cambridge, MA: MIT Press, 2006. p. 313-328.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.915 de 27 de dezembro de 1939, cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1939.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 145-154.

DODEBEI, Vera.; FARIAS, Francisco.; GONDAR, Jô. Apresentação. Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, p. 11-16, 2016.

FERRAZ, Francisco Cesar Ferraz. Os brasileiros a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FERREIRA, Jorge. Brasil, 1942: estado e sociedade contra o reich. Acervo: revista do Arquivo Nacional, v. 30, n. 2, p. 89-109, 2017. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/45577> Acesso em: 30 mar. 2020.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. Saia justa, salto sete: o Estado Novo comemora os 50 anos da República. Acervo: revista do Arquivo Nacional, n. 2, v. 30, p. 49-70, 2017.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Dos estudos sociais da informação ao estudo do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, Mirian De Albuquerque. (Org.). O campo da Ciência da Informação:

gênese, conexões e especificidades. 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2011. p. 29-45.

GONÇALVES, Eveline Filgueiras; FREIRE, Bernardina Maria Juvenal. Construção da informação cotidiana: um olhar sobre o foco do fazer jornalístico. *Biblionline*, v. 1, n. 1, p. 1-27, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/558/402> Acesso em: 30 mar. 2020.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

HELLER, Agnes. *Cotidiano e História*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *Vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MARTELETO, Regina. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. *Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, v. 1, n. 2, p. 11-23, 1995.

MARTINS, José de Souza. *Uma sociologia da vida cotidiana*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MELO, Protásio Pinheiro de. *Contribuição norte americana à vida natalense*. Natal: Sebo Vermelho, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1996.

PAIS, José Machado. Cotidiano e Reflexividade. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 98, p. 23-46, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n98/a03v2898.pdf> Acesso em 30 mar. 2020.

PEDREIRA, Flávia de Sá. *Chiclete eu misturo com banana: Carnaval e cotidiano de guerra em Natal*. 2. ed. Natal: Editora UFRN, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROMÃO, Lucília Maria Souza. Mais de perto, mil faces secretas sob a face neutra: considerações sobre a heterogeneidade no discurso jornalístico. *Signótica*, v. 17, n. 2, p. 233-250, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/3729/3484> Acesso em 30 mar. 2020.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SAMPIERI, Roberto Hernandez. Definição da pesquisa a ser realizada: exploratória, descritiva, correlaciona ou explicativa. In: SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María de Pilar Baptista. *Metodologia de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Mcgraw-Hill, 2006. Cap. 5. p. 97-115.

SMITH JUNIOR, Clyde. *Trampolim Para a Vitória*. Natal: UFRN Editora Universitária, 1992.

XIFRA-HERAS, Jorge. *A informação: análise de uma liberdade frustrada*. Rio de Janeiro, Lux; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.